

Novos rumos do comunismo

ÂNGELO NOVO*

Numa altura em que ainda estava fresco na memória do mundo o fragor da queda da casa “soviética”, um número da revista francesa *Magazine Littéraire* publicou uma curiosa caricatura, mostrando um Karl Marx meditando e cabisbaixo, às voltas no seu gabinete, pensando com os seus botões: “*Il a dû se glisser une erreur quelque part...*” (devo ter deixado escapar um erro algures). Fotocopiei a caricatura e coloquei-a junto a uma estante de livros (precisamente a reservada aos fundadores do marxismo, Marx e Engels). Está ali como um lembrete irônico de como será sempre vã a pretensão de abraçar todo o mundo com o poder do pensamento, ou do amor, ou do que quer que seja humano, simples e demasiadamente humano.

Karl Marx está naturalmente ainda muito longe de aderir à galeria ajardinada das figuras de pedra do pensamento. A sua sombra está muito viva e presente. Marca decisivamente com o seu cunho os espaços de inteligibilidade do presente, que são do mesmo passo os espaços de luta por um futuro mais abundante, mais transparente e mais livre. É por isso mesmo que os erros de Marx – geralmente erros de avaliação concreta, devidos à sua impaciência revolucionária – devem merecer-nos o escrutínio mais rigoroso e severo. Ele via melhor ao longe do que ao perto, digamos. Por outro lado, em muitos sentidos, estava sensivelmente em avanço relativamente ao seu tempo. Veio cedo demais e a sua luz cruel e avassaladora cegou-nos. Felizmente, a monumentalidade e percuciência da sua obra crítica permitem-nos (com o benefício da experiência histórica entretanto acumulada) absorver e dissolver sistematicamente os próprios erros do autor. Sem uma familiaridade mínima com alguns conceitos marxistas elementares, o leitor terá por vezes dificuldade em seguir este texto.

* Ensaísta português cujos textos político e de criação literária podem ser consultados em <http://www.geocities.com/CapitolHill/6446/>.

A *Crítica do Programa de Gotha* (doravante, CPG) é uma das mais conhecidas obras dos fundadores do marxismo¹. É sabido que Marx não gostava de dar receitas pré-fabricadas para sociedades futuras. Essa era, para ele, uma marca distintiva do socialismo utópico que ele pretendia superar por intermédio de um método científico, partindo da análise das contradições da sociedade atual para a descoberta das linhas previsíveis do seu possível desenvolvimento. Neste texto, porém, por um instante, ele parece ter cedido a essa tentação utópica. Devem aqui porém realçar-se as particulares circunstâncias em que o fez. A CPG não foi escrita por Marx com vista a ser publicada. É um escrito de circunstância, estritamente privado, visivelmente escrito sob um violento estado de desgosto e irritação, unicamente destinado a traçar a sua demarcação em relação ao projeto de programa – de forte influência lassalleana – redigido para a unificação da social-democracia alemã. Nesse sentido, as notas foram enviadas por Marx a Wilhelm Bracke, com a incumbência de que este as mostrasse particularmente a mais quatro correligionários (Geib, Auer, Bebel e Liebknecht) e lhas devolvesse prontamente. O que parece ter sido feito. O certo porém é que esta CPG seria feita publicar postumamente por Engels, em 1891 (numa altura em que se preparava outro congresso da social-democracia alemã, o de Erfurt), e desde então tem sido considerado um texto programático fundamental do movimento operário e comunista.

A importância capital que tem sido acordada à CPG deve-se, não à demolição das vulgaridades teóricas lassalleanas (que, entretanto, caíram por si próprias) mas, muito particularmente, ao esquema de transição para o comunismo formulado na nota crítica ao ponto 3 do capítulo I do programa de Gotha. É aí que, em meia dúzia de parágrafos, Marx faz a sua famosa distinção entre as fases inferior – “a cada um conforme o seu trabalho” – e superior – “de cada um segundo as suas capacidades”; “a cada um conforme as suas necessidades” – do comunismo, explicando como naquela primeira fase se fazem sentir ainda as sobrevivências económicas, morais e intelectuais da velha ordem capitalista. Nessas sobrevivências se inclui o direito igual burguês que, como todo o direito, é um direito de consagração e consolidação da desigualdade. Para o final da nota, Marx deixa claro que só se entregou passageiramente a estas reflexões para realçar a inanidade de conceitos como “produto integral do trabalho”, “repartição equitativa” e outras semelhantes

¹ A única tradução portuguesa a partir do original alemão é a de José Barata-Moura, incluída em Marx e Engels, *Obras escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições Avante, 1985, a abrir o III tomo.

Toda a análise crítica que vou desenvolver de seguida à CPG é devedora e segue de perto a argumentação da penetrante obra de Tom Thomas. *Karl Marx et la transition au communisme*. Paris: Albatroz, 2000.

patranhas ideológicas e jurídicas. Não certamente para fazer futurologia, construir modelos ideais ou impor receitas sagradas.

Vales-trabalho?

Naquela primeira fase (inferior) do comunismo, segundo o Marx da CPG:

Ele (o trabalhador) recebe da sociedade um certificado em como, desta ou daquela maneira, prestou tanto trabalho (após dedução do seu trabalho para o fundo comunitário) e, com esse certificado, extrai do depósito social de meios de consumo tanto quanto o mesmo montante de trabalho custa. O mesmo quantum de trabalho que ele deu à sociedade sob uma forma, recebe-o ele de volta sob outra².

A idéia de uma repartição “justa” da riqueza segundo o esforço de cada um é tão antiga como as sociedades de classes. Ao que parece, já S. Paulo dizia

² Marx e Engels, *Obras Escolhidas...*, cit., III tomo, pp. 15-16. Ironicamente, Marx parece ter sido fortemente influenciado pelo socialista utópico inglês Robert Owen (1771-1858) em toda esta passagem da CPG. Owen foi um grande industrial, humanista, reformador e experimentador social. No dizer de Engels, tratava-se de “um homem cuja pureza quase infantil tocava as raias do sublime e que era, a par disso, um condutor de homens excepcional”. Deixou algumas obras doutrinárias mas notabilizou-se sobretudo pelas inúmeras aldeias cooperativas que criou e dirigiu, com destaque para as de New Lanark (arredores de Glasgow) e de New Harmony (no estado norte-americano do Indiana).

Em New Harmony, numa primeira fase, foram criadas contas-corrente de trabalho na sua loja pública. Cada membro recebia aí um crédito, segundo o montante de trabalho útil desempenhado; contra esse crédito era aberto um débito, consoante os bens de consumo levantados. Cada membro dispunha da liberdade de abandonar a comunidade, com uma semana de pré-aviso, liquidando a sua conta. Mais tarde, sempre segundo a direção de Owen, este sistema foi posto de lado e substituído por uma distribuição totalmente comunista. Cada membro deveria fornecer trabalho consoante as suas capacidades e receber comida, roupa e acomodações conforme as suas necessidades. New Harmony... faliu, em 1829, após cinco anos de uma vida atribulada. Que Marx conhecia bem e aprovava a prática owenista dos certificados-trabalho prova-o a primeira nota de rodapé ao Terceiro Capítulo, I Seção do Livro Primeiro de ‘O Capital’ (cf. Karl Marx *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo I, Lisboa, Edições Avante, 1990, pp. 112-113). A sacrossanta teoria marxista sobre a transição para o comunismo pode bem não ter sido mais que uma experiência owenista pela qual Marx tinha uma certa simpatia, a ponto de lhe ter ocorrido servir-se dela, de passagem, em privado, numa polémica que pouco tinha a ver com o assunto. As voltas que o mundo dá!

Devo esta chamada de atenção sobre a possível influência de Owen sobre Marx ao artigo de Joseph Green, “*Labor-money and communist planning (part 1)*” em *Communist Voice*, Detroit, Vol. 6, n° 3, Novembro de 2000.

si quis non vult operari, non manducet (aquele que não quer trabalhar, não deve comer). No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels criticaram estas utopias arcaicas por preconizarem “um ascetismo generalizado e um cru nivelamento de todos os homens”³.

Em particular, desde que Adam Smith e David Ricardo criaram a teoria do valor com base no trabalho, uma miríade de autores no seio do movimento operário (Proudhon, Gray, Dühring, para só citar alguns) propugnaram trocas “eqüitativas” e a retribuição segundo o “justo valor” do trabalho, julgando residir aí a solução do problema social. Segundo eles, a apropriação capitalista só poderia ser o resultado de uma fraude maciça. Como se sabe, foi Marx que, com a descoberta da mais-valia, estabeleceu definitivamente que a exploração burguesa resulta da remuneração do trabalho pelo seu valor efetivo, dentro das leis do modo de produção capitalista. Owen era de certo modo uma exceção entre estes autores – o que lhe terá valido o especial apreço de Marx – na medida em que ele também propugnava (e, dentro dos limites das comunidades por si dirigidas, julgava praticar) a abolição das relações capitalistas de produção mercantil. E assim temos Marx, depois de a ter denunciado teoricamente milhentas vezes, a defender a panacéia dos vales-trabalho *desde que no quadro de um regime de transição sob a ditadura do proletariado e com base na apropriação coletiva dos meios de produção*.

A verdade, porém, é que o derrube político da burguesia não elimina imediatamente as condições da produção mercantil: o trabalho alienado (logo repulsivo, compulsório), a propriedade privada, o indivíduo egoísta. Poderá haver uma maior ou menor aproximação, mas será sempre vão esperar que o capitalismo realize todas as condições de perfeita socialização do trabalho, processo esse que bastaria coroar com uma operação formal, meramente jurídica, de expropriação. Será sempre necessária uma fase de transição, fase essa mais ou menos longa e complexa consoante as condições históricas materiais do ponto de partida.

Marx sabia disto tudo, melhor do que ninguém. É assim com alguma surpresa que o vemos propugnar a remuneração do trabalhador com vales-trabalho, nesta fase da sociedade socialista, isto é, tal como ela sai da sociedade capitalista, profundamente marcada com todos os estigmas desta última. Nesta sociedade, a divisão social do trabalho ainda existe, mais ou menos profunda, mas sempre real. Há um pólo do capital e das potências intelectuais e um outro pólo do trabalho, ainda alienado. Conseqüentemente, existe um certo espírito individualista de proprietário, tanto no pólo superior como no pólo inferior da sociedade. O trabalhador sente-se também proprietário em relação à sua própria força de trabalho. Cada indivíduo vai assim tentar otimizar as trocas em que participa, obtendo para si o

³ K. Marx e F. Engels. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Avante, 1975, p. 97.

máximo, contra o dispêndio do mínimo. Existirá também com toda a probabilidade, nesta fase da sociedade de transição, ao lado do plano social, um certo grau de anarquia produtiva de iniciativa privada.

Nestas condições, a forma valor de troca (e a sua representação em dinheiro) é a única que valida socialmente os trabalhos efetuados privadamente. Ora, é sabido como esta forma valor parte de uma dupla abstração em relação ao trabalho concreto. Primeiro há que reduzir os múltiplos trabalhos específicos a trabalho indiferenciado, homogêneo, simples desgaste de energia humana física e psíquica, mensurável quantitativamente. Depois, para medir efetivamente este trabalho indiferenciado pela única medida disponível para isso – o tempo –, há que supor que este mesmo trabalho é efectuado com um certo grau médio de diligência e destreza. O valor incorporado num produto é pois o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário (em média) ao seu fabrico. Se um trabalhador (individual ou coletivo) é excepcionalmente inepto ou usa instrumentos inadequados, não é por laborar exatamente as mesmas oito horas que os demais que criará nesse período o mesmo montante de valor que estes.

Mesmo supondo uma planificação perfeita e unidades de produção não concorrenciais – o que eliminaria problemas tipicamente capitalistas como a transformação dos valores em preços de produção pela perequação das taxas de lucro e a fixação final dos preços de mercado segundo as leis da oferta e da procura –, restará sempre o problema de fixar as quantidades de trabalho abstrato socialmente necessárias para as diferentes produções. Os níveis de produtividade média do trabalho variam muito de unidade para unidade de produção, consoante a qualidade da sua organização e apetrechamento técnico. Como o próprio Marx nos ensinou, o tempo de trabalho, enquanto medida do valor, existe apenas idealmente. Finalmente, teríamos ainda o delicado problema de saber se o trabalhador em concreto atingiu (ou eventualmente excedeu) o grau médio de diligência e destreza. Só assim se justificaria que ele acedesse ao produto de tantas horas de trabalho social abstrato quantas as que ele desempenhou individualmente e em concreto (após as deduções para reprodução e expansão dos meios de produção, fundo de reserva ou seguro, custos de administração e serviços sociais vários, incluindo assistência aos diminuídos e incapazes).

É bom de ver que, nas atuais condições de socialização do trabalho, todas estas medições só se poderiam fazer, aliás com uma grande dose de arbitrariedade, por uma organização central todo-poderosa e tentacular. Como o próprio Marx admitiu, tudo isto implicaria um “*governo despótico da produção e curador da distribuição*” (o que é uma boa descrição do Plano sob Estaline). Noutras circunstâncias, com uma socialização do trabalho mais avançada, o responsável pelas medições não seria mais do que “*um conselho que guarda os livros e registra os balanços de uma*

sociedade produzindo em comum. A apropriação comum dos meios de produção seria pressuposta etc., etc.”⁴. Duas hipóteses teóricas no tempo de Marx. Uma delas já a conhecemos hoje de sobejo, historicamente e na prática. A outra, conseguimos apenas a custo entrevê-la, algures no futuro.

Sobre a experiência “despótica” que conhecemos no passado, podemos também adiantar que ela não é estável. Havendo uma falsa socialização, por intermédio de nacionalizações puramente formais, a divisão social do trabalho persiste. Em condições de grande mobilização nacional e espírito de sacrifício coletivo podem-se realizar obras notáveis e uma acumulação acelerada com base neste modelo. Todavia, o trabalho continua alienado. Conseqüentemente, o demônio do individualismo espreita, tanto entre os “decisores” como entre os próprios trabalhadores. Isto não é ditado por qualquer “natureza humana”, como se ouve dizer por aí a gente supersticiosa, mas devido a um grau historicamente insuficiente de socialização do trabalho. Com esta base subjacente, nalgum ponto irá certamente romper-se o equilíbrio precário que mantém suspensa no ar a dinâmica da emulação coletivística. Quando finalmente se dissipa a ilusão e se esbate o fervor revolucionário nas aras da rotina estratificada, sobrevém por regra uma profunda estagnação. Há uma apatia e prostração generalizadas, bem retratada numa célebre anedota muito popular entre os meios operários soviéticos – “O socialismo, é simples: nós fingimos que trabalhamos e eles fingem que nos pagam”. Para estimular a economia são então injetadas cada vez maiores doses de “mercado”, naturalmente ainda e sempre “socialista”. São chicotadas tardias em cavalo cansado. Finalmente, os “decisores” resolvem libertar-se do fardo da propriedade estatizada (o “comunismo”) num regabofe pantagruélico e absolutamente celerado de privatizações – as famigeradas “reformas” na expressão inefável da imprensa ocidental.

A segunda hipótese é, obviamente, aquela que Marx tinha em vista na CPG. Mas para que ele tenha concebido, desde a primeira hora da sociedade pós-revolucionária, um sistema de distribuição consoante as horas de trabalho *concreto* desempenhado por cada trabalhador, é porque avaliou com manifesto – e injustificado – otimismo as condições de socialização do trabalho operadas pelo próprio capitalismo. Supôs, em primeiro lugar, que a produção fabril em larga escala operaria a conversão de todos os trabalhos particulares num mesmo trabalho geral, indiferenciado, constituindo cada prestação pessoal uma simples parte alíquota do trabalho social total. Seria assim trabalho imediatamente social, dispensando a

⁴ Karl Marx, *Grundrisse*, Londres, Penguin Classics, 1993, pp. 155-156. Nesta passagem, Marx comenta os planos de John Gray para um Banco Central que remunerasse a produção pelo seu “valor autêntico”. Tradução minha a partir desta edição em língua inglesa. Continua a não haver tradução integral em língua portuguesa (em Portugal ou no Brasil) desta obra fundamental de Marx.

validação *a posteriori* pela forma valor de troca e pela dupla abstração que descrevemos atrás. Aliás, ainda em 1847 Marx dizia já que o cálculo do valor pelo tempo de trabalho

*pressupõe que os trabalhos se igualizaram pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho; que os homens se apagam perante o trabalho; que o baloiçar do pêndulo do relógio se tornou a medida exacta da actividade relativa de dois operários, como o é da celeridade de duas locomotivas. Então, não se deve sequer dizer que uma hora de um homem vale uma hora de outro homem, mas antes que um homem de uma hora equivale a outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem já não é nada; é quanto muito a carcaça do tempo*⁵.

É um bom testemunho da genialidade de Marx que ele tenha podido entrever, desde essa época recuada, pela simples análise da dinâmica interna do capital, algo que teria apenas um começo de realização efetiva cem anos depois, com o apogeu do taylorismo – a organização “científica” do trabalho – no arranque industrial após a II Guerra Mundial. Contudo, este cenário distópico – que lembra o ‘Metropolis’ de Fritz Lang ou os ‘Tempos Modernos’ de Chaplin – nunca se tornaria uma realidade generalizada, em virtude do caráter necessariamente desigual do desenvolvimento capitalista. E mesmo nos ramos industriais mais desenvolvidos nunca se chegou a uma situação de total igualização e indistinção mecânica no trabalho humano. Na indústria taylorizada, os trabalhadores (sobretudo coletivamente) mantiveram sempre uma grande capacidade de criar disfunções produtivas gravíssimas, pela mera atrição da sua resistência passiva. Entretanto, os modelos mais recentes de organização industrial parecem afastar-se ainda mais do ideal mecanicista do trabalho fungível e perfeitamente seccionável. Como prova disso temos as mais recentes doutrinas toyotistas, com o aliciamento dos operários para esquemas de cooperação diligente e criativa do gênero dos “círculos de qualidade”. Há, por um lado, trabalho operário com uma grande amplitude de graus de qualificação, a ponto de, no topo, se esbater a distinção entre colarinhos azuis e brancos. Por outro lado, mesmo entre os trabalhadores menos qualificados, a regra não é hoje a indistinção nos desempenhos mas sim a existência uma extrema emulação competitiva.

Marx supôs, porém, algo mais ainda. Supôs que a superação do capitalismo patriarcal da fase concorrencial pela grande indústria das sociedades anôni-

⁵ Karl Marx, *Miséria da filosofia*, Lisboa, Avante, 1991, p. 51. A tradução foi ligeiramente modificada, após cotejo com o original francês.

mas correspondia a uma socialização do trabalho praticamente acabada. Bastaria que uma revolução política e social a resgatasse do controlo parasitário do capital e aí teríamos o “trabalhador coletivo” finalmente emergindo liberto à luz do dia. Esta idéia teria seqüência na concepção de Lénine do capitalismo monopolista como antecâmara do socialismo e, por essa via, forneceu argamassa legitimadora ao revisionismo estalinista e à confusão por este promovida entre socialismo e simples propriedade estatal dos meios de produção.

Há assim uma incongruência teórica no Marx da CPG, no ponto em que ele parece admitir, na “fase inferior do comunismo”, uma propriedade comum ao mesmo tempo que, a título de meros estigmas do capitalismo, subsistem ainda a divisão do trabalho (oposição entre trabalho manual e intelectual) e a submissão do trabalhador, compelido pela necessidade, às potências intelectuais de uma racionalidade técnica que lhe permanece estranha e exterior. Isto quando, em toda a sua obra, Marx sempre insistiu e demonstrou que divisão do trabalho e propriedade privada são uma e a mesma coisa.

Também por aqui se vê que, afinal, a contradição privado/social persiste na primeira fase da transição. Nestas condições, remunerar o trabalho pelo seu conteúdo horário concreto (ficcionalando a sua completa socialização quando ele é afinal ainda alienado a constrangido) constitui claramente um convite e um prêmio à preguiça, ao desinteresse e à mediocridade. Não há “estímulos morais” que resultem continuamente face a uma situação persistente de separação e alienação, de trabalho como simples meio de subsistência e não de realização pessoal. Sobretudo quando – como será sempre de esperar nestas condições – os trabalhadores se encontrem face à evidência dos estímulos bem materiais que os dirigentes se outorgam a si mesmos pelas mais diversas vias, legais ou nem tanto. Confrontados com uma crise de legitimidade, os *apparatchiks* recorrerão normalmente a um endurecimento do modelo “despótico” sobre o qual Marx havia ironizado. Depois virá a crise de lucratividade e a implosão do sistema num salve-se quem puder, cujo tiro de partida é dado (e as primeiras posições tomadas) pelos próprios digníssimos dignitários da pátria socialista.

É certo que nenhuma das experiências do “socialismo real” do século XX optou formalmente pela remuneração laboral em vales-trabalho (exceto, por algum tempo, as comunas agrícolas chinesas). Mas a remuneração do trabalho era aí entendida como não mercantil, dissociada do funcionamento da lei do valor, na presunção de se encontrava já resolvido o problema da socialização do trabalho. E foi o que se viu. Na verdade, o que se passava era simplesmente a substituição do preço de mercado da força de trabalho por um preço administrativo. Manteve-se a relação de subordinação do trabalhador. A troca efetuada mediante a relação laboral continuou a ser de não equivalentes mas deixou de refletir fielmente a informação

veiculada pelo funcionamento da lei do valor. Não era ainda Ítaca, mas lançou-se ao mar o tambor que comandava os remadores.

A socialização do trabalho

O problema da transição para o comunismo não pode ser posto em abstrato, fora das condições históricas concretas em que se encontre a sociedade em questão no momento em que ela se decida a iniciar esse caminho. Não há aqui lugar para esquemas de validade genérica e intemporal. Nas condições atualmente vigentes nas sociedades mais desenvolvidas – e naquelas que neste momento é possível entrever para o futuro imediato, sob as leis de desenvolvimento capitalistas – podemos ter por certo que essa transição, a iniciar-se agora, tomaria como ponto de partida algo que não é ainda seguramente uma comunidade realizada na produção material da existência social. Essa comunidade não seria um pressuposto, uma base material subjacente já consolidado a que haveria apenas que juntar um arranjo institucional correspondente. Seria antes um objetivo a atingir consciente e voluntaristicamente na própria transição, mediante um longo processo de lutas de classes no interior do regime de poder democrático dos produtores (a ditadura do proletariado).

O processo histórico (que é real) de socialização do trabalho operado pela grande indústria no séc. XX teve as suas contradições e as suas insuficiências. Por um lado, com o ascenso das grandes sociedades monopolistas, criaram-se gigantes unidades de trabalho coletivo (e de planificação econômica), superando-se em certa medida o individualismo autárquico e a cega anarquia da produção concorrencial. Por outro lado, porém, despojou-se completamente o trabalhador do seu saber técnico (o “ofício”) e do domínio que ainda lhe restava sobre os instrumentos e processos de trabalho. A parcelização e mecanização do trabalho fabril em cadeia colocou o trabalhador comum numa posição ainda mais débil, precária e alienada, face às grandes potências da ciência e da técnica – o “intelecto social” – apropriadas pela burguesia e postas ao serviço da acumulação privada. Neste modelo de organização produtiva o trabalhador está isolado, numa situação de grande dependência, todos os esforços sendo feitos para o impedir de tomar consciência do processo produtivo no seu todo. Deste modo, ele tem em oposição a si não apenas os detentores formais dos meios de produção (o capital financeiro) mas também a própria camada superior do “trabalhador coletivo”, os idealizadores, organizadores e supervisores da produção.

Em balanço, há a registar um avanço indiscutível na socialização do trabalho, na medida em que a produção passou a depender de uma organização mais complexa e integrada, de um esforço cooperativo mais amplo e alargado. É o que eu chamaria socialização do trabalho em sentido fraco e que no fundo se aproxima do conceito durkheimiano de “divisão do trabalho social”, próprio

das sociedades avançadas e que as mune de uma densa rede de laços de interdependência ou “solidariedade orgânica”. Há porém um segundo e decisivo sentido – que eu aqui apelidaria de sentido forte – do conceito de socialização do trabalho, relativamente ao qual os progressos verificados até hoje são muito menos evidentes. É que essa socialização só pode considerar-se completa quando o corpo orgânico do “trabalhador coletivo” se tornar transparente a si próprio, com um certo nível de equivalência nas tarefas, rotatividade funcional e co-responsabilização paritária. Só assim se começará enfim a esbater a divisão social do trabalho, base da apropriação particular dos meios de produção. A socialização do trabalho, neste segundo sentido, é um horizonte de autonomia e liberdade para todos, nunca um pesadelo estratificado de desqualificação e embrutecimento para o maior número.

A socialização do trabalho em sentido fraco surgiu com a emergência do modo de produção capitalista e, ainda que se aprofunde progressivamente (no limite, até uma distopia totalitária), será sempre perfeitamente compatível com ele até ao fim. Com efeito, como o próprio Marx demonstrou concludentemente, foi a partir do momento em que a troca mercantil simples deu lugar ao sistema de acumulação capitalista que surgiu a moderna forma valor. Neste sistema de produção generalizada de mercadorias, a própria força de trabalho é mercantilizada, tornando-se o eixo da reprodução alargada do capital. Surge assim a categoria do trabalho abstrato, essência do valor, como foi aliás desde logo intuído, ainda que de forma confusa e incompleta, pelos economistas clássicos (máxime Adam Smith e David Ricardo). Ora, o trabalho abstrato é o trabalho indistinto, sem qualificação particular, simples dispêndio de energia humana genérica. O trabalho abstrato é assim, justamente, o trabalho socializado. Simplesmente, esta é uma socialização do trabalho sob uma forma alienada, especificamente capitalista, que em nada contradiz ou põe em causa a apropriação particular dos meios de produção, antes pelo contrário a consolida e reforça.

Marx parece não ter chegado a tomar inteira consciência de que a socialização do trabalho nas sociedades modernas, longe de ser um processo histórico contínuo e cumulativo, teria ela própria de passar também por uma ruptura qualitativa antes de se lhe poderem detectar os germens do rumo comunista.

A questão da socialização do trabalho – no sentido forte acima exposto, que é o único que verdadeiramente nos interessa – tornou-se ainda mais complexa com os últimos desenvolvimentos em matéria de organização industrial: o modelo toyotista, de produção ágil (*lean production*) ou especialização flexível que tem vindo a ser implantado desde os anos 1990 como parte do “pacote” neo-liberal. A tendência agora é, nos países de capitalismo mais desenvolvido, para a fragmentação da própria classe trabalhadora entre: 1. uma camada altamente qualificada que

tem uma relativa estabilidade de emprego, remunerações razoáveis e algum conteúdo criativo no seu trabalho; 2. uma larga camada de trabalhadores pouco qualificados, precarizados, subcontratados etc.; 3. um exército industrial de reserva “clássico”, que faz pressão sobre o mercado de trabalho; 4. desempregados “de longa duração” que já não fazem sequer pressão sobre o mercado de trabalho, vivendo marginalmente na economia informal. A isto acrescentam, naturalmente, as vastas massas terceirizadas da criadagem moderna. Estamos muito longe pois do cenário previsto pela teoria de inspiração evolucionista que supunha a existência de uma socialização do trabalho acabada ainda sob o capitalismo, a qual haveria finalmente de provocar o estilhaçamento do aparato político burguês como uma velharia perimida – tal qual uma borboleta depois de integralmente formada acaba por se libertar do seu casulo.

Sucedem que, naquela fração superior da classe trabalhadora, em empresas de tecnologia avançada, há agora de fato uma maior autonomia, polivalência e responsabilização. O modelo piramidal, rigidamente hierárquico e compartimentado, do “*scientific management*” foi superado. Há uma muito maior comunicação lateral e a substituição de uma rígida “hierarquia de autoridade” pela mais fluida “hierarquia da competência”. Esbate-se um tanto a separação entre “concepção” e “execução”. O controlo capitalista exerce-se agora não tanto diretamente sobre os postos de trabalho individuais e isolados uns dos outros, mas sobre uma certa dinâmica de grupo relativamente autônoma do coletivo laboral. Se isto são notícias encorajadoras para os comunistas é certamente muito cedo para o dizer. As relações de produção capitalistas têm extrema dificuldade em encarar o uso de novas tecnologias (nomeadamente a informática e a robótica) de outra maneira que não seja como simplesmente um meio de substituir trabalho vivo, aumentando do mesmo passo o controlo sobre os trabalhadores remanescentes. Mas os imperativos da produtividade (impostos pela concorrência) têm também a sua margem de inflexibilidade, dando-se frequentemente o caso que o “*one best way*” de organizar a produção neste novo ambiente implique um certo aumento do controlo dos trabalhadores sobre o processo laboral. A burguesia fixa-se então numa estratégia alternativa: fazendo uso do seu controlo exclusivo sobre os meios de produção, compensa a autonomia ganha pelo trabalhador impondo-lhe níveis acrescidos de insegurança.

Em todo o caso, presentemente, tudo isto diz respeito a uma fração muitíssimo reduzida (e relativamente privilegiada) da classe trabalhadora. Dentro daquilo que poderíamos chamar o regime de acumulação neo-liberal, a empresa flexível é uma parte muito reduzida do todo, que inclui ainda, em vários sectores económicos e por todo o mundo, vastos complexos industriais em modelo fordista (linha de montagem), ou pré-fordista, precários sub-contratados, oficinas

“manchesterianas”, “*sweatshops*” de mulheres submetidas a um despotismo patriarcal, imigrantes engajados em semi-escravatura, etc., para não falar já das grandes massas do campesinato. A “nova vaga” não absorve de modo algum as anteriores, acresce-se-lhes pelo topo, dominando depois todo o conjunto numa combinação desigual. As vagas anteriores, por seu lado, longe de se esgotarem, estão algumas delas ainda em expansão mas rumando a certos sectores desqualificados e, sobretudo, à periferia geográfica do sistema imperialista. Em consequência, a paisagem social torna-se cada vez mais complexa.

A fragmentação e diversidade de experiências da classe trabalhadora não deixará de pôr, naturalmente, problemas sérios à formação do próprio “coletivo de luta”, embrião e condição prévia indispensável da comunidade social do futuro. Mas o problema aqui não é *se* haverá ainda condições para se formar novamente esse coletivo de luta. O problema é *quando* e *como* ele se formará, pois que da efetividade dessa formação se encarregará a própria dinâmica objetiva da luta de classes. Pode levantar-se em peso todo o exército dos ideólogos estipendiados da burguesia, com as suas fantasias pós-modernas de identidades difusas, transversais e caleidoscópicas. A exploração capitalista provoca necessariamente a polarização social. Desta nasce a solidariedade dos oprimidos que, temperada na luta, desemboca na consciência de classe.

Este foi sempre um processo longo e complexo, mais o sendo certamente agora se o encararmos no seu desenvolvimento ao nível mundial. Mas enquanto houver exploração – uma corrente subterrânea de drenagem de mais-valia para acumulação privada – o tabuleiro estará sempre disposto de forma a que as peças tendem irresistivelmente a perfilar-se de uma forma bipolarizada. Passando por dispersões e recomposições parciais, a classe trabalhadora está em contínua formação – na forja da espoliação e das lutas quotidianas – não necessitando para isso de forma alguma de reconstituir as grandes massas uniformizadas de outrora. As duas classes fundamentais em confronto acabarão por ter de se encarar novamente, olhos nos olhos. Sendo certo, porém, que uma época de revolução social nunca assiste ao afrontamento de dois exércitos perfeitamente alinhados mas a uma miríade de conflitos laterais, com a explosão de muitas outras contradições secundárias. Só porventura o olhar macroscópico da história distinguirá ali depois, claramente, naquele turbilhão desordenado, o fim da era burguesa e o ascenso mundial do proletariado a classe dominante.

Suponhamos então finalmente formadas (ainda que de forma incerta e descontínua) as linhas de batalha, e o assalto final encetado. O que se tratará de fazer após a tomada do poder pelos trabalhadores?

Em primeiro lugar, por-se-á fim à cadeia hierarquicamente articulada de sistemas de acumulação diversificados, a qual persistirá certamente enquanto hou-

ver capitalismo. Há que nivelar geograficamente os níveis de desenvolvimento, por intermédio de um esforço dirigido consciente e planificadamente para a generalização dos sistemas de produção mais avançados. De seguida, há que desenvolver os meios pelos quais cada trabalhador possa compreender e apoderar-se do conjunto da atividade social, nas suas condições materiais e intelectuais. À opacidade (e inversão) fetichista do reino da mercadoria é preciso substituir a transparência nas relações materiais de produção da existência. Para isso é preciso combater e comprimir progressivamente o trabalho alienado, pobre, constrangido, ganhando-se tempo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das capacidades pessoais dos trabalhadores.

Só o conjunto destes dois processos conscientes e dirigidos poderá criar uma efetiva socialização do trabalho (sentido forte), a qual, sabemos-lo hoje historicamente à nossa custa, não se gera espontaneamente no seio do capitalismo. Qualquer novo paradigma ergonômico que surja sob o capitalismo (por mais promissor que pareça no seu modelo abstrato) está submetido e sobredeterminado pela necessidade de rentabilização do capital, de extração de mais-valia para acumulação privada, necessidade essa que gera necessariamente a alienação do trabalhador (porventura sob formas renovadas). A socialização do trabalho é afinal uma tarefa que só ao próprio poder proletário caberá completar.

Cenários para a transição – I

A classe trabalhadora pode bem aceder ao poder, mas o trabalho constrangido (raiz da propriedade privada, como vimos) não existe por mero capricho malévolo das classes dominantes, do passado ou do presente. É o produto histórico de uma sociedade onde as forças produtivas são ainda pouco desenvolvidas e onde, em consequência, continua a reinar a escassez, a luta pela sobrevivência, a maldição bíblica do “ganharás a vida com o suor do teu rosto”. Não ainda aquela sociedade em que “as fontes manantes da riqueza cooperativa jorram com abundância” a qual, e só essa, permitirá acabar com “a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho” e na qual o trabalho se tornará “não só meio de vida mas, ele próprio, a primeira necessidade vital”⁶.

Nestas circunstâncias ainda relativamente atrasadas, a tarefa fundamental da ditadura do proletariado não pode ser outra senão distribuir com equidade o trabalho constrangido, do qual há ainda uma absoluta e inultrapassável necessidade social. Repartindo este trabalho por todos os homens e mulheres válidos (com supressão de todas as camadas parasitárias e reintegração dos desempre-

⁶ Karl Marx, ‘Crítica do Programa de Gotha’, *Obras Escolhidas...*, cit., III Tomo, p. 17.

gados e do lumpem-proletariado), eliminando-se desperdícios e suprimindo produções e atividades inúteis ou sem sentido numa sociedade pós-capitalista (bens de luxo, publicidade, “serviços” financeiros, “entretenimento” alienante, armas de guerra sofisticadas e de destruição maciça etc., etc.), pode-se chegar facilmente ao estabelecimento de uma carga horária obrigatória geral muito inferior à atual. Digamos 30 horas semanais, que depois se iriam reduzindo progressivamente à medida que os níveis de produtividade aumentassem e a socialização dos meios de produção avançasse. Assim se deixaria tempo livre e recursos disponíveis para a educação e o aperfeiçoamento pessoal de todos os trabalhadores. Estes disporiam ainda de tempo para atividades de sua livre iniciativa e para a participação informada na decisão dos assuntos coletivos.

Tratando-se ainda de uma sociedade de escassez e de trabalho constrangido, este mesmo trabalho – ou com mais rigor, a *força* de trabalho – só pode ser remunerado pelo seu valor de troca, sob a sua representação monetária (dinheiro) que é inútil pensar em abolir nesta fase. A forma valor é ainda a única capaz de medir socialmente a riqueza criada e garantir alguma eficácia na alocação dos recursos sociais, nomeadamente a força de trabalho disponível. Embora os seus representantes tenham acedido ao poder político e eles se encontrem massivamente mobilizados para um processo de transformação social radical, os trabalhadores não serão lisonjeados com a ilusão de que os meios de produção e as alavancas do processo de decisão social são desde já seus.

Enquanto não dominarem por completo o processo de produção e reprodução da vida social, enquanto viverem encerrados nos seus gestos parcelares e subordinados, os trabalhadores serão ainda e sempre os forçados da sociedade. Profundamente alienados, vegetam nos porões da cidade. Estão assim numa relação de alteridade perante o *corpus* social total e, em particular, perante as potências intelectuais que o dirigem e detêm os seus segredos. Por isso, vendem a uma entidade exterior (a sociedade) a sua disponibilidade de serviço contra uma remuneração que lhes assegura a sobrevivência e a reprodução da sua força de trabalho ao mesmo nível de produtividade correspondente à sua complexidade específica (o que implicará um certo nível de conforto, atividade social, viagens, leitura, consumo de bens culturais etc.). O que importa aqui (no âmbito estrito das suas relações laborais) é que os trabalhadores disponham de todas as garantias da forma contratual já aperfeiçoadas no próprio seio da civilização burguesa: enquadramento sindical, acordos coletivos, segurança social, serviços de apoio etc..

A persistência da forma valor é precisamente testemunha da permanência da contradição privado/social, da necessidade que a sociedade tem de tudo medir e repartir, mesquinha e desconfiadamente. E essa persistência da forma valor não é sem conseqüências ou sem perigos. Se a divisão do trabalho persistir por muito

tempo, as potências intelectuais tentarão por certo de novo apropriar-se privadamente do produto social, tirando partido da existência destes estigmas da sociedade mercantil, que procurarão resgatar e aprofundar, no sentido de fazer reinar de novo e definitivamente a polarização social e o “cada um por si”. Aliás, enquanto existir divisão do trabalho e uma camada social separada detentora de um saber exclusivo de direção, haverá sempre uma apropriação material dos meios de produção, a qual mais cedo ou mais tarde tenderá a recobrar a sua natureza formal de propriedade privada.

É por tudo isto que, em sociedades marcadas pela divisão do trabalho, a transição será sempre um duro campo de batalha. Nela deve o proletariado organizado bater-se incessante e vigiantemente de modo a que, aperfeiçoando as suas capacidades, se eleve coletivamente ao controlo efetivo e democrático das unidades produtivas, do Plano econômico e da direção político-social, lutando pela máxima transparência em todos os processos de decisão e pelo esbatimento progressivo da divisão do trabalho. Para isso deverá coagir e vigiar, primeiro, cooptar e integrar progressivamente no seu seio, depois, as diversas camadas sociais detentoras dos vários saberes de direção e organização atualmente ao serviço da burguesia. Mas isso só terá resultado efetivo se, ao mesmo tempo, conseguir formar continuamente, no seu próprio seio, em quantidade e qualidade suficientes, novos quadros de direção e especialistas qualificados. Como o “sorteio” biológico das aptidões inatas de base se faz de forma notavelmente igualitária entre todos os ambientes sociais, o fator crítico será aqui a garantia de uma absoluta igualdade no acesso à educação formal, assim como a disponibilidade de tempo livre e oportunidades de aperfeiçoamento contínuo para todos os trabalhadores. Nestas condições de mobilidade e integração total, o “intelecto social” estará sempre completamente mergulhado no próprio corpo da sociedade. Não lhe será permitido destacar-se dela e constituir-se num pólo separado que se auto-reproduz enquanto tal em posição de domínio e exploração.

Com o avanço da automação, da socialização do trabalho e da qualificação técnica e científica do trabalhador imediato, as relações de produção vão-se transformando e o seu centro de poder desloca-se. É evidente que os indivíduos serão sempre diversos e terão capacidades desiguais. Nem toda a gente vai ter igual oportunidade de se esclarecer totalmente sobre todos os assuntos de relevância coletiva. E do ponto de vista do aproveitamento social ótimo dos talentos disponíveis não faz muito sentido colocar físicos nucleares em tarefas manuais ou rotineiras. Pense-se o que se pense do efeito correcional das campanhas maoístas de trabalho no campo, é fácil concluir que não é dessa forma voluntarista e justicialista que se eliminará a divisão do trabalho. Mas esse fato não depõe de forma alguma a favor de uma qualquer lei de bronze das oligarquias. As socie-

dades de classes foram e são o produto histórico da escassez e da violência. Numa sociedade que produza uma abundância de recursos capaz de satisfazer as necessidades concebíveis de todos e de cada um, não haverá apropriação privada, classes sociais nem Estado (que é a violência institucionalizada, protetora e garante da exclusão e da exploração). Numa sociedade que produza abundância, a diversidade é um fator de liberdade. Todos terão oportunidade de desenvolver e explorar as suas faculdades e talentos até ao limite, sem que as suas limitações próprias possam alguma vez servir de pretexto para a escravização (com o conseqüente estiolamento de capacidades potenciais e degradação pessoal) ao serviço de outrem.

Numa primeira fase do regime de transição não haverá ainda apropriação coletiva senão dos *principais* meios de produção. Subsistirão assim ainda largos interstícios de acumulação privada e competição cega, que a democracia proletária procurará reduzir progressivamente. Por outro lado, a apropriação coletiva é ainda em grande parte formal, em virtude da persistência da divisão do trabalho. Quando for possível a apropriação pública de todos meios de produção, sendo a alocação de recursos feita com base num Plano social rigoroso, compreensivo e democraticamente participado, não existirão já “preços” de produção (cuja formação resulta da distribuição da mais-valia entre capitalistas privados) ou de mercado (resultantes, além disso, do funcionamento das leis da oferta e da procura, ou seja, da “anarquia da produção” burguesa). Todos os bens – incluindo a força de trabalho – serão contabilizados e trocados somente pelo seu valor. Todo o trabalho deve ser por regra apenas trabalho necessário, sem prejuízo de se poder definir coletiva e democraticamente a exigência de sobre-trabalho, a distribuir por todos de forma uniforme, para garantir um nível de acumulação pública julgado adequado. Nenhuma acumulação privada terá lugar. Nenhuma remuneração do dinheiro ou da propriedade.

Teremos assim uma sociedade ainda mercantil – porque subsiste o fetichismo da forma valor –, mas já sem o concurso dos outros estigmas da exploração burguesa (lucro, juro, renda). O simples valor (valor de troca, naturalmente) rege toda a vida econômica, do princípio ao fim. Todas as trocas são trocas de equivalentes em valor. Não haverá já as flutuações loucas, a especulação, o desperdício, a incerteza, os ciclos periódicos de expansão e ruína. Todos os bens podem ser medidos com rigor pelo seu valor, que é a soma do valor da força de trabalho gasta, das matérias-primas incorporadas e do desgaste operado (amortização média) nos instrumentos utilizados na sua produção e transporte. Feitas as contas (que podem parecer muito complexas mas que rapidamente se tornam rotineiras e muito facilmente se revêm com a introdução no sistema das variações ocorridas), os produtos são etiquetados com um simples código de barras que marca o seu valor social

médio. É este valor que orientará a alocação de recursos pelo Plano, regendo ainda todas as trocas, inclusive as que se efetuarem entre as diversas unidades produtivas (fornecimento de produtos semi-acabados, por exemplo). Estas unidades manterão a sua contabilidade própria, mas não terão autonomia para reinvestir e acumular por sua própria iniciativa.

O planeamento social integral será possível de forma universalmente participada porque todos os valores são certos e fungíveis, existindo capacidade técnica, modelos teóricos, programas e sistemas de comunicações aptos a captar, armazenar, processar e distribuir muito rapidamente toda a informação relevante⁷. As decisões podem ser tomadas democraticamente aos mais variados níveis, sendo depois comunicadas para registro e contabilidade na base competente. Estas bases comunicam entre si verticalmente, sendo assim possível fazer planeamento participado, setorial ou total, às mais diversas escalas: micro, macro, regional e global. A rede informática permite além disso o estabelecimento de uma densidade tal de comunicações cruzadas que permite o encontro e harmonização instantâneos entre a oferta e procura de todos os bens (sendo que tendencialmente toda a procura é solvente). A famigerada “mão invisível” de Adam Smith torna-se obsoleta como regulador económico. As catástrofes e estrangulamentos típicos do modo de produção capitalista tomam o seu lugar

⁷ Há agora já uma rica bibliografia sobre o impacto decisivo que o crescimento e sofisticação exponencial das capacidades informáticas têm sobre a possibilidade de conceber um planeamento económico rigoroso e participado. Na verdade essa literatura teve início numa altura em que a tecnologia computacional era ainda pouco mais que incipiente. Num artigo seminal datado de 1967, o grande economista polaco Oskar Lange afirmava que se tivesse que retomar a sua polémica de há trinta anos atrás com Friedrich Hayek – o qual sustentava ser o socialismo inviável devido à irreparável incapacidade subjectiva de um qualquer planeador central para recolher e tratar toda a informação que interage espontaneamente e de forma descentralizada no sistema de preços de mercado – dir-lhe-ia simplesmente: “qual é o problema? Coloquemos as equações simultâneas num computador electrónico e teremos a resposta em menos de um segundo”. Cf. Oskar Lange, “The computer and the market” in C. H. Feinstein (ed.), *Socialism, capitalism and economic growth: essays presented to Maurice Dobb*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967. Desde então os computadores registaram ganhos gigantescos em capacidade de cálculo, com a constante miniaturização dos circuitos e em particular com a utilização do processamento paralelo. Por outro lado, há a registar que o abaixamento do custo de produção de pequenos computadores para uso pessoal (PC's) vulgarizou a sua utilização, que se tornou assim acessível a largas camadas de trabalhadores nos países capitalistas mais desenvolvidos. Para um ponto da situação muito mais detalhado e actualizado é importante a leitura dos estudos de Paul Cockshott (geralmente em colaboração com Allin Cottrell) disponibilizadas na internet em <http://www.dcs.gla.ac.uk/~wpc/reports/index.html>.

no memorial histórico da irracionalidade humana, ao lado dos ordálios e dos autos-de-fé.

Os recursos produtivos são distribuídos com vista à satisfação das necessidades socialmente sentidas, não se produzindo bens de luxo nem de ostentação. Contudo, haverá uma grande margem de variedade dentro dos mesmos tipos de produto, incluindo versões de maior qualidade (e valor correspondente) e outras mais simples. Numa sociedade tendencialmente igualitária, há que promover a diversidade, a criatividade, o inconformismo, o dissídio da norma, porque tudo isso acresce à riqueza social coletiva. Um(a)s pessoa(s) contentar-se-ão com a satisfação de algumas das suas necessidades ao nível mais elementar e serão particularmente exigentes na satisfação de outras (porventura raras ou exóticas), enquanto a preferência dos seus vizinhos poderá ser a inversa. Há assim que garantir uma grande variabilidade e leques amplos de qualidade em todos os produtos e serviços.

Porque há ainda escassez, a cada um são atribuídos direitos de consumo sobre os bens sociais de forma limitada e bem contada, consoante o seu trabalho. Cada trabalhador (e estamos numa sociedade em que todos são trabalhadores) recebe uma remuneração, em dinheiro, equivalente ao valor da força de trabalho dispendida, que é o custo da reprodução desta mesma força de trabalho, na sua complexidade específica e nas condições sociais vigentes. Eventualmente poder-se-ia pensar em conceder prêmios especiais para trabalhadores que revelem uma produtividade acima da média devido à sua superior diligência, zelo e consciência social (as diferenças de remuneração entre trabalhadores com diversos níveis de qualificação resultam desde logo do valor diverso que têm as respectivas forças de trabalho). Nesse caso, porém, a massa salarial total dos trabalhadores de uma determinada categoria terá de ser equivalente ao valor total da força de trabalho respectiva. O ganho dos mais empenhados seria assim a perda dos restantes, que seriam remunerados abaixo do valor da sua força de trabalho.

Os trabalhadores vendem assim, pelo valor real, a sua própria força de trabalho concreta, não uma qualquer suposta parte alíquota do trabalho social total (o que suporia resolvido o problema da socialização do trabalho). Mantém-se pois a servidão do assalariado e a mercantilização da força de trabalho, mas agora já não no contexto de uma relação de exploração de classe mas sim numa relação de sujeição de cada trabalhador concreto ao trabalhador coletivo. Sem esquecer que esse mesmo coletivo tem ainda de ser completamente homogeneizado, através da eliminação total da divisão do trabalho. É um primeiro patamar, que poderíamos denominar de economia de apropriação social com troca de equivalentes.

Esta economia é um sistema social dinâmico, de não-equilíbrio. Nela se fazem sentir forças regressivas, no sentido da apropriação particular, e forças progressivas, no sentido do comunismo. As forças progressivas contam com apoio do

poder político (com a sua direção e planejamento econômico-social) que é preciso preservar a todo o custo, sem prejuízo do necessário pluralismo de opiniões e da mais ampla democracia participativa *dentro do campo proletário*. Os recalcitrantes e saudosistas da ditadura burguesa poderão ser objeto de medidas repressivas, se as circunstâncias o impuserem, mas em princípio a sua voz será simplesmente esmagada e diluída na massa popular, por efeito da simples força do número, desde que lhes seja retirado o controle dos grandes meios comerciais de difusão que estavam antes ao seu serviço. Na democracia proletária cada indivíduo é uma opinião distinta, que vale pelo seu mérito intrínseco e capacidade persuasora. Para isso disporá dos seus meios próprios de difusão, em igualdade com todos os demais, para intervir a todos os níveis da vida pública (das questões de vizinhança às de âmbito planetário). O dinheiro não servirá para amplificar a voz a ninguém.

Mas a dinâmica social progressiva apoiar-se-á também na força do exemplo, com a criação de um sector comunista desde a primeira hora da transição. Com o estabelecimento de um horário obrigatório universal de trabalho de 30 horas semanais (tal era a nossa hipótese), libertar-se-á de imediato muito tempo, disponibilidade e talento que não podem ser desperdiçados. É certo que muito desse tempo terá de ser empregue em estudo, formação e no processo democrático alargado de debate e decisão de todas as questões de relevância social. Mas restará ainda assim muito tempo livre, que os trabalhadores empregarão em atividades de solidariedade e assistência, de criação artística e especulação ou de trabalho livre, individual ou associado. Tudo na base do mais puro voluntariado, para simples recreação, convívio e realização pessoal. A autoridade pública democrática alocará de forma planejada recursos (instalações, instrumentos, matérias-primas, etc.) e organização para enquadramento deste trabalho livre, cujo produto será distribuído gratuitamente.

À medida que a riqueza social se acumule e a produtividade do trabalho aumente, o horário de trabalho obrigatório poderá baixar ainda mais, sempre cada vez mais. Liberta-se assim ainda mais tempo que poderá ser empregue na expansão programada do sector comunista. Todas as estatísticas são públicas e debatidas, sendo decidida democraticamente a alocação dos recursos. A sociedade disporá assim de uma referência clara – concreta, mensurável e sensível para todos – do rumo que está seguindo. Pode até regredir. Em caso de catástrofe ou emergência, p. ex., poderá ter de se aumentar o horário de trabalho obrigatório geral. Mas isso terá de ser justificado, debatido e decidido em conjunto. Não haverá lugar para a demagogia nem para delírios ideológicos, mas sim para os fatos em toda a transpa-

rência. O setor mercantil (com troca de equivalentes) e o trabalho constrangido irá definindo, comprimindo-se progressivamente, enquanto o comunismo se vai expandindo à vista e com a participação de todos. O comunismo será pois a libertação, passo a passo, do tempo constrangido do trabalhador, abrindo-se-lhe assim as fronteiras de uma liberdade total e irrestrita, num espaço holístico de solidariedade organizada.

Cenários para a transição – II

O outro cenário para a transição – desenhado por Marx em certas páginas dos *Grundrisse*⁸ – é um esquema muito mais avançado, supondo, ou a precedência vitoriosa do esquema anterior, ou uma transição iniciada mais tardiamente, com as forças produtivas sociais muito mais desenvolvidas. Não é contudo de modo algum indiferente o fato de a transição se iniciar mais tarde ou mais cedo. A história não segue um rumo necessário e pré-determinado por leis “objetivas”. Não é uma progressão linear e cumulativa inexorável pontuada por rupturas qualitativas cuja ocorrência se possa prever antecipadamente. A aventura social moderna desenrola-se num sistema muito mais “caótico”, com janelas de oportunidade que se abrem e fecham, nódulos e encruzilhadas em que se tomam decisões fundamentais, anomalias e catástrofes imprevisíveis. Por isso, a ascensão ao poder do proletariado organizado, armado com uma estratégia transicional clara e lúcida, será sempre um fator decisivo no próprio desenho das oportunidades de progresso que se abrirão de seguida. A intervenção consciente na determinação do curso histórico não é tudo e certamente não garante a consecução dos resultados que se representaram antecipadamente. É sempre de esperar a ocorrência de um qualquer desvio, causado por uma miríade de factores imponderáveis. Mas sem intervenção consciente, então é que seguramente a corrente desordenada dos eventos, o cachoar de forças em estado bruto se tornarão incontroláveis e o rumo geral resultante pode bem ser o do barranco dos cegos.

Neste cenário avançado, a maquinaria automática (ciência e as suas aplicações) reduziram já o trabalho vivo a uma dimensão insignificante. A robótica avançada e todo o tipo de instrumentos autômatos, providos de sensores e programas informáticos evoluídos, tomam o lugar do trabalho físico humano. O trabalho passado acumulado produz incessantemente utilidades novas, praticamente sem qualquer nova intervenção humana. O trabalho vivo será, sobretudo de concepção de novos sistemas ou de manutenção e aperfeiçoamento dos existentes. Se, por hipótese quase absurda, estamos ainda numa sociedade capitalista, a taxa de lucro

⁸ Cf. Por exemplo, no capítulo sobre o capital, a luminosa passagem sub-intitulada (na minha tradução) “Contradição entre a base da produção burguesa (o valor como medida) e o seu desenvolvimento. Máquinas etc.”, *Grundrisse*, Penguin Classics, ob. cit., pp. 704 e ss..

tende para o zero sendo impossível manter relações de exploração. A apropriação privada dos meios de produção só pode ser uma miragem jurídica, ao gosto de meia dúzia de espíritos recalitrantes.

O principal factor produtivo é agora o próprio “intelecto geral” – o acervo dos saberes e técnicas historicamente acumulados – que constitui patrimônio comum da humanidade, imediatamente apropriável por todos pois está registado em suportes de acesso público livre. A necessidade da forma valor caiu agora drasticamente, não só porque o trabalho imediato se tornou residual como porque o seu carácter se transformou, tornando-se trabalho rico, auto-realizador, que ninguém regateará. A contradição privado/social esbate-se. Os produtos e a própria força de trabalho já não se trocam por equivalentes em valor, mas disponibilizam-se livremente como dádiva universal. A economia mercantil, restrita a bolsas cada vez mais reduzidas e circunscritas, acaba por se extinguir por completo. Os suportes eletrônicos da moeda-valor juntam-se às restantes velharias em papel e metal no museu do dinheiro. Todo o aparato de coerção pública desaparece naturalmente, por evidente inutilidade. Emerge uma ordem espontânea, livre, auto-regulada em que finalmente “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”⁹.

A coordenação da produção e distribuição na sociedade comunista não necessitará de nenhuma aparato central, fosse ele meramente administrativo. Necessitará, isso sim, de uma gigantesca base de dados, acessível inter-ativamente por todos, com o registro de toda a procura, da produção disponível, e o inventário de todos os meios de produção prontos a ser usados. Essa base de dados central será depois desdobrada por outras menores, de âmbito regional e local. Os produtores livres têm assim ao seu dispor um quadro-síntese, de fácil consulta, que lhes permite orientarem a sua actividade para onde sintam que ela será socialmente mais útil e desejada, dentro naturalmente das áreas da sua vocação e competência. O equilíbrio entre oferta e procura é assim mantido constantemente, em tempo real, num sistema em que a informação flui horizontalmente por todo o lado, sendo apenas registrada centralmente. O planeamento geral resultará pois da soma das decisões conscientes e informadas de todos os produtores. Sendo que, naturalmente, sobre esta malha por assim dizer auto-regulada da vida coletiva (a “mão invisível” do comunismo), incidirá depois uma direção consciente, produto da participação democrática de todos, que poderá fazer a sociedade no seu conjunto evoluir nesta ou naquela direção, tomando esta ou aquela opção concreta.

⁹ K. Marx e F. Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, ob. cit., p. 85.

Entretanto, mesmo com a automação generalizada, aquela apropriação comum do patrimônio intelectual da humanidade não é ainda um dado mas, precisamente, ainda e sempre, um campo de batalha para os produtores, na sua luta para extinguirem em si próprios os últimos resquícios da sua antiga condição de classe social dominada, explorada e alienada. As últimas seqüelas da divisão do trabalho esbater-se-ão progressivamente à medida que todos os trabalhadores, individual ou organizadamente, puderem aceder ao conhecimento, à fruição e à experimentação livre e crítica do patrimônio científico acumulado da humanidade. Não é que todos conheçam tudo. Mas o dinamismo e fluidez da circulação da informação, assim como a deslocação contínua dos atores impedem, o enquistamento de posições fixas de ascendente e privilégio. Por outro lado, enquanto os conhecimentos especializados e setoriais se tornam extraordinariamente complexos, pelo contrário, os conceitos e métodos necessários para o domínio das questões de alcance mais geral serão simplificados em extremo, ficando assim ao alcance da compreensão e da intervenção informada de todos.

O organismo social funcionará então de forma perfeitamente integrada, produzindo, reproduzindo e revolucionando continuamente os meios materiais da sua existência com base na iniciativa livre de todos e cada um dos seus membros, sem qualquer distinção qualitativa. Assim se encerrará finalmente o longo ciclo histórico da divisão do trabalho, das sociedades de classes e do Estado.

NOVO, Ângelo. Novos rumos do comunismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.22, 2006, p.75-96.

RESUMO: Este ensaio analisa as razões do falhanço da transição ao comunismo tentada nas revoluções do século XX, não recuando perante uma crítica direta a Karl Marx, em particular ao influente esquema de transição presente na *Crítica do Programa de Gotha*. Sustenta-se que Marx foi demasiado optimista na avaliação do avanço da socialização do trabalho operada pela grande indústria no seu tempo. Parcialmente em resultado disso, os processos de transição ao comunismo tentados no século passado procuraram suprimir o funcionamento da lei do valor, quando não havia condições materiais para tal. Sustentar-se-á que, para além da socialização do trabalho em sentido "fraco", operada pela grande indústria, haverá que procurar um outro tipo de socialização do trabalho, que permitirá final-mente superar a divisão do trabalho que está na base das relações de apropriação privada. Essa socialização do trabalho em sentido "forte" será um produto do próprio processo de transição, realizada em condições de poder proletário.

Palavras-chave: Comunismo; Valor; Trabalho; Transição.

Communism's new paths

ABSTRACT: This essay analyses the reasons for the failure of the attempted transition to communism in the revolutions of the XXth century, not shying away from a direct critique of Karl Marx, particularly to his influent scheme for the transition included in the *Critique of the Gotha Programme*. It will be argued that Marx was too optimistic in his evaluation of the advances in the socialization of labour operated by the great industry of his time. Partially as a result of that, the processes of transition to communism attempted over the past century have tried to suppress the functioning of the law of value, when the material conditions for such suppression were not available. It will be argued that, beyond the socialization of labour in a "weak" sense, operated by great industry, we will have to seek another type of socialization of labour, which will finally allow us to overcome the division of work that stands as the basis of the relations of private appropriation. This socialization of labour in a "strong" sense will be the product of the transitional process itself, under conditions of workers' rule.

Keywords: Communism; Value; Labour; Transition.